

Entrevista - Paulo Paim

'Falta democracia interna ao PT'

ADRIANA NICACIO

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim (PT-RS), afirmou, em entrevista ao Jornal de Brasília, que falta democracia interna no PT. O senador reclamou das ordens centralizadas e da falta de voz dos especialistas em temas polêmica dentro do partido. "Se a Marina Silva estivesse aqui, ela orientaria o meu voto sobre o meio ambiente e não o Dirceu, o Palocci ou o Gushiken", critica. A falta de diálogo

fez com que Paim fosse o primeiro a apresentar emendas à proposta de reforma da Previdência. Sugeriu 22 modificações ao texto do Senado, sem se importar com a decisão do governo de aprovar o proposta conforme saiu da Câmara. Ele diz que não está convencido sobre o formato da regra de transição aprovado e que pretende mudá-lo no Senado. A rebeldia não pára aí. Além das divergências na reforma da Previdência, Paim quer incluir a correção anual da tabela do Imposto de Renda na reforma tributária e de-

fende um salário mínimo de US\$ 100. Antecipando-se a uma provável punição do PT, Paim informou, com bastante tranquilidade, que deixará o partido antes de ser submetido à Comissão de Ética, para evitar constrangimentos. Diante da história do parlamentar, os líderes do PT e do governo no Senado, Tião Viana (AC) e Aloizio Mercadante (PT-SP), se mobilizaram para incluir na reforma uma de suas principais emendas: a paridade integral. Paim está há mais de 20 anos no PT e, em 1998, foi o deputado fe-

deral mais votado do Rio Grande do Sul, em sua quarta reeleição. Em 2002, elegeu-se senador. Neste ano, foi escolhido vice-presidente do Senado por unanimidade. Tarefa difícil para quem começou como metalúrgico. Atualmente, Paim está entre os parlamentares de maior destaque no Congresso Nacional, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. E garante que vai votar conforme determinar a sua consciência. Se alguém quiser mudar o seu voto, que consiga convencê-lo.

GERVÁSIO BAPTISTA/ABR

Jornal de Brasília - O senhor chegou a afirmar que sairia do PT antes de ser punido por votar a favor de emendas na reforma da Previdência contra a vontade do governo. Rapidamente percebemos um esforço do relator Tião Viana (PT-AC) e do líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP) para incluir suas emendas e a paridade passou a ser integral. Como o senhor se sente?

Paulo Paim - Fiquei feliz em ver que o meu partido foi sensível para garantir ao aposentado um reajuste uma vez por ano. Mas temos de mudar a regra de transição aprovada pela Câmara. Assim vamos evitar que quem começou a trabalhar mais cedo seja penalizado e tenha que contribuir por 45 anos antes de se aposentar. Ele tem que trabalhar e contribuir o tempo necessário para a aposentadoria. Não foi um atendimento ao meu pedido, mas ao trabalhador.

Mas há muita resistência entre os governadores em mudanças nas regras de transição. O governo tem sinalizado que esse assunto é tema perdido.

Mas eu percebo que vários partidos de oposição, PSDB e PFL, o PMDB, o PSB, o PDT e o próprio PT estão sensíveis a buscar uma solução para as regras de transição. Eu não diria que vamos ficar só na paridade. O relator incluiu uma emenda nossa, mas isso não quer dizer que vamos abandonar a regra de transição e outras emendas.

Então o senhor pretende votar com a oposição em emendas que considere importante contra a orientação do partido?

Eu tenho dito o seguinte: Eu pertencço ao bloco de apoio ao governo. Eu apresentei 22 emen-

das e até o momento o governo atendeu a nossa emenda mais importante que é a paridade. Eu buscarei alternativas para a transição, para o subteto, para a inclusão social e para que os deficientes não sejam penalizados com a taxa de 11%.

O senhor defende a paridade, mas no último ano o servidor público teve aumento de 1%. Não seria melhor um reajuste com base na inflação? O reajuste do INSS este ano foi de 19%.

Os servidores públicos pensam diferente. Na emenda da paridade, as entidades que representam os servidores conseguiram recolher 73 assinaturas (o Senado tem 81 senadores). Na emenda da regra de transição tenho as 27 assinaturas exigidas. A entidade nacional dos servidores públicos me disse, e eu tenho isso gravado, que se não tiver paridade integral - a garantia de que eles terão o mesmo reajuste daquele que está na ativa - nada mais lhes interessa.

O senhor tem sido bastante procurado pelas entidades que não encontram espaço no governo para negociar. Isso não tem criado problemas?

Eu os tenho acolhido com muito orgulho e satisfação e não há problemas. Eu sou vinculado aos movimentos sociais. Não é de graça que eu sou autor do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do Deficiente Físico, do projeto do salário mínimo, da redução de jornada de trabalho, entre outros e tenho defendido sempre os assalariados e entendo que a emenda da Previdência tem que ser corrigida. Isso tudo cria uma identidade dos movimentos sociais comigo. O governo respeita essa relação.



Eu apoio o governo publicamente. Acredito no governo Lula. Mas isso não quer dizer que eu vou deixar de ter uma relação amistosa e respeitosa com os movimentos sociais.

O senhor é a favor da correção da tabela do Imposto de Renda. O governo retirou a urgência do projeto na Câmara e indicou que a correção só será possível no próximo ano. Vai começar um novo desentendimento?

Eu já apresentei uma emenda à reforma tributária pedindo que a tabela do IR seja corrigida todos os anos. Assim ficará garantido na Constituição. É um benefício para os trabalhadores. Eu me antecipei e

apresentei essa emenda antes da oposição.

E os puxões de orelha? O presidente Lula ou o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, não têm pedido mais calma?

Eu tenho dito para os líderes do Senado que é preciso conversar mais. É imprescindível uma política de convencimento e não de determinação. Temos que discutir. Acho errado dizer: *Você tem de votar sim, você tem de votar não*. O presidente Lula disse nas discussões da Alca, que não é sim nem não. É preciso ver o que é bom e onde se deve construir. Nas reformas, o interesse tem que ser o do trabalhador.

O que está acontecendo com o PT?

Faltam conversa e trabalho em bloco. Por exemplo, na reforma da Previdência, quem atua na Previdência? É o Paulo Paim. Então ele vai ser o nosso defensor da área. Quando eu não sou da área e me convencem eu mudo de opinião. Agora me convençam de que alguém que começou a trabalhar aos 15 anos deve contribuir por 45 anos para se aposentar. Ninguém me convence.

Falta democracia dentro do partido?

Falta democracia interna. Eu sou do PT, defendo o governo, aposto no governo e quero fazer uma campanha para o Lula daqui a três anos. Olhe a convicção com que estou falando isso. Mas acho que estamos falhando. Temos uma base sólida, composta por especialistas em todas as áreas. Por que estes especialistas não são chamados? A reforma trabalhista vem aí e adivinhe como eu vou me posicionar? Eu tenho que saber o que é a reforma antes de votar a favor.

O PT ainda está aprendendo a ser governo?

O problema é justamente este. Nós sempre fomos oposição. Falta comunicação. Se nós fôssemos discutir meio ambiente e a Marina Silva estivesse aqui. Quem iria orientar o meu voto? A Marina. Não é o Dirceu, o Palocci nem o Gushiken.

As ordens dentro do PT estão centralizadas?

Está tudo muito centralizado. Não estamos discutindo adequadamente com as pessoas que conhecem as áreas há mais de 20 anos, que têm argumentos para dizer porque

estamos votando assim ou porque migramos para uma posição até diferente. Sabemos que se não tiver correção na tabela do Imposto Renda o salário do trabalhador ficará defasado, então por que não vamos reajustar?

O argumento do governo é o equilíbrio fiscal?

Essa questão de equilíbrio fiscal passa por uma discussão com alguém que atua na área. Ninguém me explicou isso ainda. Não posso votar contra a minha consciência. Falta diálogo. Temos que conversar com todo mundo. Tenho certeza que se o PFL e o PSDB estiverem convencidos eles votam com a gente. Só não dá para esquecer a base histórica. A base tem que ser consultada. Não é afagada. Temos que discutir politicamente a conduta político-social do governo.

O senhor defende um salário mínimo de US\$ 100. É viável?

Eu sempre defendi um salário mínimo de US\$ 100. Mas sabia que no primeiro ano não seria possível. Mas no segundo ano será. Mesmo assim o presidente Lula atendeu a dois pedidos meus. Adiantou a data-base para o dia primeiro de maio e o provento dos aposentados até o quinto dia útil. Eu acho que há espaço para um mínimo de US\$ 100 em 2004.

Então, como fica o voto do senhor na reforma da Previdência?

Eu respeito meus amigos e voto a favor do texto principal, porque não sou contra a reforma da Previdência. Mas se não houver mudanças não tenho como acompanhar a decisão da bancada contra as emendas.

Não estamos discutindo adequadamente com as pessoas que conhecem as áreas há mais de 20 anos e que têm argumentos